

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Conselheiro
Marcelo



Jonas
Reis



Hamilton
Sossmeier



Mari
Pimentel



Prof. Alex
Fraga

009ª CECE 05ABR2024

Pauta: Proc. nº 00596/22 – PLL 302/22; SEI nº 019.00200/2022-78 – obriga as escolas da rede municipal de ensino, inclusive as de educação infantil, e as escolas privadas localizadas no Município de Porto Alegre a adotarem medidas de segurança quanto à utilização de vidros.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (9h23min) Bom dia a todos. Nós estamos aguardando ainda o presidente da comissão para darmos o quórum, mas, de qualquer maneira, a gente já vai começando a reunião. Foi convocada, então, uma reunião extraordinária da Comissão de Educação, tendo em vista um projeto de lei que tramitou de uma maneira rápida aqui na Casa, nos últimos dias. Nós já pedimos a postergação por algumas sessões, pois é um projeto de lei que influencia, impacta diretamente as escolas, as creches, as instituições de ensino no nosso município, e a gente viu que foi um projeto de lei que teve pouca discussão – não é, Ver. Hamilton? – com as entidades e com as próprias empreendedoras do setor. Então, o objetivo da reunião de hoje é trazer um ambiente de escuta nossa, para pensarmos juntos em soluções. A gente sabe que, aqui na Câmara, às vezes, derrubar projetos de lei não é a situação mais fácil de ser construída, mas, às vezes, a gente pode mitigar com outras soluções

mais criativas que consigam construir uma narrativa própria para o sucesso para ambos os lados. Vimos que muitos vereadores até que não estão aqui também foram parceiros no sentido de segurar esse projeto, a gente tem ali a Ver.^a Comandante Nádia, a Ver.^a Fernanda Barth, o Ver. Mauro Pinheiro, muitos vereadores também foram sensíveis a essa pauta, o Ver. Tiago Albrecht, o Ver. Ramiro Rosário. Então, eu digo que hoje estamos convocando esta reunião, alguns não estão presentes, mas entendemos que conseguiríamos construir, com muitos vereadores, uma solução para esse projeto de lei.

É um projeto de lei que obriga as escolas de educação, independentemente de serem infantis ou de ensino fundamental, a trocarem, num período “x” de anos, todos os seus vidros por vidros temperados. Nós sabemos que isso gera um impacto muito grande para as escolas. No meio da sessão plenária, foi ponderado alterar isso e colocar, daqui a pouco, uma adesivagem nos vidros, que seria um valor menor, mas a gente sabe que também é algo difícil de ser construído, fiscalizado e até viabilizado financeiramente. A gente sabe que as escolas de educação infantil ainda têm dificuldade em colocar as telas, as famosas telas de mosquito, que são obrigatórias em todas as escolas, a gente sabe que é um desafio que nós temos. Então, o objetivo era trazer um pouco mais para a comunidade escolar esse projeto de lei, ouvir vocês que estão na prática, ouvir soluções, algumas dicas, algumas situações que acontecem na prática. Nós, vereadores, não estamos na prática nas escolas de educação infantil ou de ensino fundamental, então, não temos tanta propriedade para sugerir soluções e até fazer a defesa, como acontece na prática e quais são os devidos riscos. Este era o nosso objetivo, abrir este campo para a diálogo, ouvir a comunidade, passar aqui para os vereadores e pensar nessa construção conjunta. É um projeto de lei que provavelmente será votado na próxima semana, por isso, temos um pouquinho de pressa também nesta construção. Desde já, agradeço o comparecimento de todos nesta sexta-feira, dos vereadores, das entidades e das escolas também. Passo agora para o Ver. Hamilton Sossmeier para fazer sua consideração.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Tiago Albrecht; esse projeto tem trazido uma discussão bastante considerável, até porque sabemos das dificuldades das escolas em muitas vezes fazerem o mínimo necessário. Inclusive, sobre a questão dos vidros, fizemos algumas ponderações, entre as quais foi dado um prazo de cinco anos no projeto para que houvesse as trocas. Eu entendo e comentei inclusive com o proponente do projeto que, mesmo colocando as películas, isso já seria bastante caro. Portanto, que o projeto fosse um indicativo, uma sugestão e não uma obrigatoriedade, porque vai gerar para as escolas não só um custo, mas também um compromisso que a grande maioria não poderá cumprir. Então, temos essa dificuldade e, por isso, é importante esta reunião da comissão. Eu aqui parablenizo a Ver.^a Mari Pimentel por trazer esse tema para que a gente possa realmente ouvir as pessoas que estão lá na ponta, porque é muito fácil fazer um projeto e não ter os devidos impactos que eles geram ao serem colocados em prática. Uma coisa é o projeto em si, na teoria, outra coisa é a prática e, mais do que isso, os custos dessa implementação, que a gente sabe que não são fáceis. Então, a gente quer ouvir, ponderar, ouvir, ponderar; o projeto precisa ser amadurecido, não pode ser votado, até porque, hoje, acho que esse projeto, pelo que percebi, não passará, por conta das suas peculiaridades. Essa é a minha consideração inicial. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Antes de passar a palavra para o Ver. Tiago Albrecht, gostaria de convidar a Vanessa, da AEPEIRS; e a Karina, da EMEI Construir, que estão presentes aqui, para também comporem a Mesa. O Rinaldo, da AEPEIRS, e quem quiser da EMEI Construir, pode vir compor a Mesa. Estaremos estendendo a palavra para todos que quiserem falar. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Ver.^a Mari. Bom dia, Ver. Hamilton, presidente Letícia, minha amiga Letícia já de algum tempo; bom dia a todos também que estão presentes aqui representando os seus negócios,

representando a educação privada. Realmente, é um projeto que tem algumas... Acho que é Milton Friedman quem dizia que os projetos de lei, Letícia, não podem ser analisados pelas suas intenções, mas pelos seus resultados práticos. Como isso começa? Vou lhes dar a gênese desse projeto: uma mãe de uma criança, essa criança estava brincando numa escola privada e acabou se chocando com o vidro que já estava trincado. Essa criança acabou sofrendo uma cicatriz que vai levar para a vida toda. E pasmem, senhoras e senhores, essa escola, que é caríssima, não tinha nem gaze para fazer os primeiros socorros. Então essa mãe entrou em contato. Ela é do Tribunal de Contas. Por isso, o Ver. Ferronato, que é contabilista, foi o primeiro que ela pensou. Mas ela também entrou em contato conosco, do NOVO, com meu gabinete, por causa da minha atuação na TV, *etc.* e tal. Aí, eu liguei para ela. Inclusive, quando eu liguei para ela, ela estava com dengue no hospital. Ela explicou, explicou... Daí, eu participei da construção desse projeto junto com o Ver. Ferronato. Fomos até o secretário de educação, mas eu participei porque aquela coisa, nós aqui que defendemos o indivíduo e o empreendedor, a gente atua como zagueiro muitas vezes das ideias ruins. Pensei: eu vou junto, porque vão querer meter mais um talagaço, especialmente na iniciativa privada. Bom, fomos lá e tal. Daí, quando eu vejo o projeto, ele veio como uma obrigação. Eu falei para essa mãe, eu disse para ela: olha, entendo e tal, eu sou muito mais... conta comigo para a gente fazer uma campanha de conscientização, fazer fiscalização nas escolas privadas e públicas, estatais, enfim, parceirizadas, mas não conte com o NOVO para impor uma obrigação. Nesse sentido, nós atuamos, nós do NOVO, eu como líder do NOVO, colocamos duas emendas a esse projeto. Uma emenda para tirar as escolas privadas. Porque a gente sabe, né gente, se passar esse projeto, Ver. Hamilton, o que vai acontecer? As estatais não vão cumprir, e vai ficar por isso mesmo; as parceirizadas não vão cumprir, vão à justiça dizer que não têm dinheiro, e vai cair no colo de quem? Das privadas. Aí vai passar um burocrata com essa lei na mão e vai interditar uma escola de vocês, vai interditar duas, e assim por diante. Essa foi a primeira emenda; a segunda emenda é a que tira, Ver. Hamilton e Ver.^a Mari, a palavra "obriga" e coloca "sugere". Essa emenda,

eu articulei no plenário e já consegui o voto da base do governo para que passe. Até falei para a presidente Letícia, na quarta-feira. Fizemos uma atuação ali junto com Ver. Cecchim, etc. e tal. Ele até me mostrou o WhatsApp que ele mandou para o grupo da base. Emenda nº 02, voto “sim”. Então, em tese, a partir do nosso trabalho, do NOVO, a gente já conseguiu que pelo menos não passe como obrigação. Em política tudo é dinâmico, pode ser que ali adiante eles mudem, então, a gente vai de novo segunda-feira para o plenário, vai continuar vigilante sobre isso. Só para destacar a vocês que eu estou mais ou menos desde a construção inicial para justamente não colocar uma imposição. Vocês sabem que nós, do NOVO, defendemos o empreendedor, o indivíduo, e está nesse pé. Acho que é importante, parablenizo a Ver.^a Mari por ter chamado essa reunião - uma pena que não existe... Eu não sou da CECE, eu sou da CEFOR, a comissão de finanças, mas fiz questão de estar aqui para dar peso político e para poder trazer a vocês essa informação da nossa atuação. Porque realmente se essa lei passar como está, são R\$ 400,00 o metro quadrado do vidro fumê. Já vão colocando nas contas de vossas escolas, porque vocês vão ter até cinco anos, mas vai ser um talagaço. Claro, contem com a gente, como falei, já colocamos duas emendas, já consegui articular com o líder do governo esse voto favorável na emenda que tira a obrigação, mas seria importante segunda-feira vocês virem. Sei que é difícil para quem trabalha estar às duas e meia da tarde aqui, mas quem de vocês puder estar na segunda-feira fazendo uma pressão, conversando com a base...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ou mandar WhatsApp. Boa, bem lembrado, vereadora. Com a esquerda, não percam muito tempo, porque eles querem acabar com a educação privada, vocês sabem disso. Mas com a base do governo, do centro para a direita, o Ver. Hamilton também, que que tem essa consciência empreendedora, vai ajudar certamente. Mas mandem, façam essa pressão do bem, porque se passar, repito, são R\$ 400 o metro quadrado. Tem

uma emenda da esquerda para botar insulfilme, que igual gera custos. Obrigado, presidente da reunião da CECE. Eu confesso que eu não sei quem é... Tu que estás de presidente da CECE?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, só estou presidindo a sessão.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então, Presidente desta sessão, Mari Pimentel, obrigado pelo espaço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada pelas palavras, Ver. Tiago Albrecht. Vou passar a palavra para a Sra. Letícia, presidente do Sindeedin-RS.

SRA. LETÍCIA MELLO: Obrigada, Ver.^a Mari. Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Eu sou Letícia Mello, presidente do Sindeedin-RS, que é a entidade que representa toda categoria da educação infantil no Estado. Agradeço a Mari pelo convite, não só pelo convite, mas por toda atuação em prol da educação, Ver. Tiago Albrecht, Ver. Hamilton Sossmeier também. Eu reitero a importância de nós estarmos juntos, nós que estamos à frente da educação e vocês que estão junto conosco tentando fazer com que ainda seja viável ter escolas de educação infantil privadas, porque a gente se depara muitas vezes com uma situação de crise, se forma um gabinete de crise. Nós estamos sempre em crise.

A educação infantil, no Estado do Rio Grande do Sul, neste País e nesta cidade, está sempre em crise e sempre em crise de pessoas que não estão dentro da educação infantil e não sabem como funciona e como é a realidade do dia a dia. Nós nos deparamos com um berçário, que não poderia estar... que teria que estar no térreo; nós nos deparamos com as telas, se nós pensarmos telar toda a escola e todas as janelas, todas as portas e que depois nós vamos abrir essa tela para as crianças irem ao pátio, é uma coisa que não tem cabimento. Então são custos, são situações que são pensadas para quem não está dentro da escola e não sabe dessa realidade. E agora também essa situação de ter vidro

temperado. Se nós pensarmos na escola pública, a grande maioria nem vidro tem, vidros quebrados, basculantes sem vidros. E aí vem a questão de trazer esse custo, que virá para as privadas também, e nós sabemos que a pública não vai colocar. Então é uma situação totalmente fora da realidade.

E o que eu queria trazer aqui também, eu estive, agora, em outubro, na Finlândia e na Estônia, 1º lugar dos países do ocidente em educação. A educação infantil lá, ela não é obrigatória, mas 98% das crianças estão na escola e os pais têm toda uma cultura da importância da educação infantil. Por as crianças todas estarem na escola de educação infantil, é que eles têm o sucesso e são 1º lugar no PISA, porque a primeira etapa da educação é a mais importante, que é a etapa da pré-escola. Lá, eu estive na prefeitura, estive no governo, estive na embaixada, e a preocupação que eles têm lá é com a formação das pessoas que estão na educação infantil. O professor lá faz a faculdade de educação, quem trabalha na educação infantil tem que fazer um curso de dois anos para estar apto para trabalhar na educação infantil, e depois ele tem que fazer um mestrado. Esse é o profissional que atua na educação infantil lá, nos países de Primeiro Mundo. A gente vê aqui, a gente está se deparando com uma realidade que nós não temos profissionais, quem dirá profissionais capacitados, com uma dificuldade de profissionais da área da educação que consigam verbalizar uma frase correta, quem dirá escrever, mas nós temos uma preocupação com o vidro da escola, que é fora da nossa realidade isso e da necessidade de uma melhoria da educação do nosso País. Então, não é à toa que lá eles estão em 1º lugar e nós estamos em 87º lugar.

Acho que, para gente conseguir melhorar essa nossa condição de educação, a gente tem que ter outros valores e pensar no processo da educação. E nós, que somos proprietários de escolas, não estamos tendo tempo de pensar na qualidade da educação e de investir nos nossos profissionais, porque temos que nos preocupar com o vidro, com a tela, com trocar toda a dinâmica do funcionamento da escola, porque uma hora tem que estar num andar, outra hora tem que estar no outro. Essa é a realidade, nós vivemos sempre em crise, para tentar solucionar os problemas que são criados. A gente já tem os nossos

problemas, mas mais esses que são criados com projetos de leis que não condizem com uma realidade de uma escola. Se nós pensarmos essas crianças, que mundo que elas vivem? A casa delas vai ter vidro temperado? Todas as janelas das casas dessas crianças vão ter? Talvez crianças da rede pública não tenham também nem vidro nessas casas. Então, que mundo que a gente está criando? Um mundo literalmente de vidro para essas crianças, que não faz parte da realidade. Eu acho que a gente tem que pensar muito mais em cuidados, em formar profissionais, em ter cuidados de primeiros socorros, do que estar trocando uma estrutura toda. Uma das questões que me chamou muita atenção na Finlândia, na Estônia, é que as escolas de educação infantil têm escadas, e escadas caracol. E eles trazem que isso faz com que a motricidade ampla da criança melhore, porque elas vão para casa e a casa delas tem escada. E aqui a gente tem toda uma legislação que a gente tem que cumprir, de adaptar, em função das escadas, e dependendo das escadas que nós temos, a gente não consegue alvará. E na educação infantil privada, as escolas são casas adaptadas, não são escolas construídas, não são instituições, elas são casas, e o conceito que nós temos aqui na nossa cultura é que a educação infantil seja realmente o segundo lar da criança, seja uma extensão da casa. Então, são casas adaptadas, que têm escadas, que têm vidros e que são como as casas das crianças. Eu acho que esse é um ponto que a gente tem que trazer, vamos trazer à realidade. A casa dessas crianças também não tem vidro temperado. Eu deixo essa provocação aqui, início com essa provocação de trazer uma realidade, que não é só da escola, é da criança.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. A Sra. Karina está com a palavra.

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Bom dia, eu represento hoje a Rede Ciranda. Eu até ia iniciar colocando que hoje as escolas realmente acontecem dentro de casas alugadas, então, sim, é a extensão da casa das crianças, e que essas crianças realmente não têm tudo isso que é pensado para dentro de uma

escola e de tudo que é exigido, das telas, de toda essa organização. Mas eu falo muito, e gostaria de trazer esse momento para que a gente possa refletir, quais são as nossas prioridades? Hoje nós temos uma lista de espera gigantesca por educação infantil, e estamos falando só da etapa creche, de zero a três anos e 11 meses, e estamos aqui discutindo vidros temperados ou telas, ou em que andar o berçário vai estar colocado. Isso tudo é importante, mas não é a prioridade, não é o que as crianças precisam hoje. A nossa dificuldade, nós, que estamos na ponta, a gente que atende realmente essas famílias, essas crianças... As famílias hoje buscam um lugar, quando a gente fala de primeira infância, realmente em que essas crianças sejam cuidadas, que essas crianças sejam amadas, que essas crianças sejam estimuladas, e eu não vejo essa preocupação pelo poder público. Eu acredito que essas pessoas que pensam nesse projeto de lei, elas não saibam como funciona a dinâmica e a vivência de uma escola, principalmente de educação infantil. Então, eu convido quem quiser vir passar um dia com a gente dentro de uma escola para ver quais são as reais necessidades dessas crianças e, principalmente, as prioridades que a gente precisa ter. Não é inviabilizar uma escola, não é colocar X, Y, Z para que a escola consiga aquele alvará. Hoje a gente tem dois fiscais da Secretaria da Saúde, e as escolas todas estão, muitas, aguardando essa visita, às vezes essa documentação vence, a gente precisa encaminhar isso tudo de novo, e aí a culpa é da escola, porque a escola não tem um alvará. Não, a escola encaminhou, o que a escola não teve foi aquela visita, aí o fiscal vai lá, ele chega, ele acha um vidro ou ele acha uma tela que não está colocada como ele interpreta, porque as nossas leis são muito de interpretação; então, uns dizem uma coisa, outros dizem outra. Uma grande dificuldade que nós temos é também com relação a quem nos fiscaliza. Essas entidades, essas pessoas, enfim, não se conversam, porque quando a SMED nos cobra isso, a saúde diz que não pode; quando a saúde nos cobra isso, os bombeiros dizem que está errado. Então, assim, realmente é desafiador, mas a gente é brasileiro, a gente não desiste nunca, a gente que escolheu a Primeira Infância, temos princípios e valores muito bem estabelecidos. Eu estou como gestora há 18 anos, entendo que essa não é a

necessidade das nossas crianças, das nossas famílias e das nossas escolas. Muitas escolas ainda estão caminhando, tentando respirar num pós-pandemia. Nós fomos impedidos de trabalhar, fomos os últimos a voltar; então, muitas escolas fecharam, muitas famílias que antes conseguiam pagar a rede privada, hoje buscam a rede pública por questões financeiras. Então, assim, se vamos colocar mais empecilho, que não é algo que vai impactar a vida das crianças, porque aqui todos temos um único objetivo, acredito eu, que é o bem estar das crianças, por que estamos aqui discutindo isso, quando não temos escola, quando não temos profissionais capacitados, quando não temos outras coisas que deveriam ser prioridade. Então, vou passar a palavra para as minhas colegas, mas eu acho que basicamente é isso, a gente precisa realmente olhar para dentro das escolas, olhar para as crianças e ver o que de fato elas precisam, que hoje não são vidros temperados. Obrigada, Mari, pelo convite, obrigada por sempre estender a mão e nos ouvir, porque existem momentos em que a gente precisa ser ouvido, principalmente a gente que está na ponta, nós da rede privada, que é realmente atende hoje à legislação, a gente sabe, está bom. Obrigada, gente; bom dia!

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, Mari, apenas apartezinho sobre isso que você falou, também a Letícia. Eu falei para essa mãe que teve o filho, falei: você está processando a escola. Ela falou: “Estou, já faz dois anos.” Eu falei que é isso que tem que acontecer, porque se tivesse acontecido 309 crianças em 309 instituições, acidentando-se, Ver.^a Mari, a gente até podia pensar que realmente... Foi uma escola. Eu falei para mãe que lamento, está nascendo meu terceiro menino agora, e se fosse o meu filho. Assim, você vai criar toda uma legislação que vai impactar financeiramente por causa de um acidente, que foi responsabilidade de uma escola, que sequer tinha gaze para fazer os primeiros socorros; então, tu tens que processar, uma multa gorda em cima dessa escola, para que sirva de sinalização para tudo. Opa, vou dar mais uma olhada nisso. Agora, você criar uma lei que parece bem intencionada em cima de um caso que vai impingir um custo absurdo, vai punir

todo mundo. Só fiz esse aparte para dizer que tudo isso foi dito, tanto para mãe, e foi acolhida essa mãe evidentemente, como para o vereador. Como falei, estive na construção desse projeto para justamente tentar mostrar isso. Obrigado, Presidente Mari.

SRA. ALESSANDRA UFLACKER: Bom dia, represento a Associação de Escolas Privadas de Educação Infantil do Rio Grande do Sul – AEPEIRS, agradeço esse momento de reflexão, que eu acho que é sempre importante, a gente pesar... A gente sempre diz que a AEPEIRS defende a infância; somos empresas, mas, em primeiro lugar, a infância. Concordo com tudo que foi dito aqui à Mesa, com as colegas, o quanto é importante, o quanto é difícil, e eu tenho só uma questão assim que talvez seja de interpretação, não sei, mas a AEPEIRS, fazendo a interpretação desse projeto de lei, não identificou como uma obrigatoriedade em todos os vidros, sim em passagens. No caso, qualquer vidro, quando for feito em uma porta de passagem, obrigatoriamente, tem essa necessidade de ser um vidro temperado, laminado. Então, acho, sim, que pensarmos nos vidros é algo que, com tanta coisa que a gente tem para dar conta, realmente, se a gente for falar financeiramente, é pesado, mas também a gente não pode deixar de pensar na segurança.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Será que o fiscal vai interpretar como a senhora está interpretando...

SRA. ALESSANDRA UFLACKER: Por isso que eu acho que é importante essa reflexão, e esse trabalho que vocês vêm fazendo de ajustar, de ponderar daqui e dali o que é obrigatório, realmente, como foi dito aqui, nas janelas dos apartamentos e das casas, não vão ter vidros temperados. Agora, se tu vais botar um box, tu vais botar num local de passagem, é segurança. Então a gente também não pode esquecer desta parte. A gente acredita que precisa sim existir essa reflexão e esse detalhamento, porque, quando não se tem clareza na escrita, ela fica muito interpretativa. Então acho que é importante esse momento

para que a gente possa esclarecer, não deixar de ter a segurança, e acho que a Câmara precisa também de mais espaço para esses debates, de como a Karina trouxe, quem sabe vamos visitar as escolas e conhecer a realidade, porque realmente é um setor que carece de auxílio, que carece de atenção, a base da educação, se a gente for pensar, a educação começa na base. Então era isso que eu tinha para acrescentar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de estender então a palavra para quem está nos acompanhando aqui, se alguém tiver interesse. O Sr. Rinaldo, da AEPEI está inscrito.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Enquanto ele se aproxima, para reiterar, Presidente dos trabalhos, Mari, o projeto de lei, a nossa emenda é para que exista como uma sugestão e *start* uma campanha de conscientização e visita às escolas. Então por isso que a gente está mudando a palavra obriga, porque infelizmente no Brasil, o direito está muito subjetivo, e aí depende da cabeça do magistrado, do fiscal, enfim. Só isso.

SR. RINALDO PENTEADO DA SILVA: Bom dia a todos, para quem não me conhece eu sou o Rinaldo Penteado, sou assessor jurídico *pro bono* da AEPEI que é a Associação das Escolas Privadas de Educação Infantil do Rio Grande do Sul. É isso, o slogan, como bem disse a nossa presidente, Alessandra Uflacker, da AEPEI, a nossa bandeira é a infância.

Eu venho aqui trazer, eu sou advogado, trazer uma análise jurídica dessa norma e tranquilizar um pouco as escolas, porque acho que num primeiro momento se fez uma leitura muito ampla do que está sendo proposto na legislação, que não é nada de inovador, não tem nenhuma novidade nessa legislação. Então a palavra é de tranquilidade, de calma e de discernimento que a gente vai trazer aqui.

O projeto de lei tem três artigos, na verdade, sendo que dois deles é que trazem alguma disposição. Eles vão trazer para a legislação municipal o que já é exigido,

que é a [NBR 7199](#), da ABNT que prevê normas de engenharia civil, de construção, e também essas normas embasam, já são inspiradoras da legislação, já está legislado. A legislação é a [Lei Complementar 544/2006](#), que prevê os projetos arquitetônicos para escolas. Então a gente já tem isso na legislação, não tem nenhuma novidade. A questão que a gente tem que ponderar aqui é que a lei é bem clara. Eu vou pegar aqui o textinho da norma para que vocês saibam. Olha só: adaptação ou substituição de vidros comuns por temperados, aramados ou laminados em locais de passagem de pessoas em conformidade com a NBR 7199, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, no caso das escolas existentes. E abre prazo aí de cinco anos para fazer essa regularização, no art. 2º, e utilização imediata de vidros temperados, aramados ou laminados em passagem de pessoas para as novas escolas.

Bom, gente, isso já é avaliado quando os alvarás vão ser concedidos. Essa nota técnica da ABNT já existe há um bom tempo, a Lei Complementar essa existe desde 2006, e é nos locais de passagem. O que é local de passagem? É a recepção, é uma porta, uma divisória que tu vais utilizar numa sala, mas as nossas salas de atividade, as cozinhas, isso não são áreas de circulação de pessoas, inclusive isso está disciplinado na própria Lei Complementar nº 544, de 2006, como eu já referi. Então pessoal, não se está falando de qualquer janela, de qualquer sacada, não é da basculante do banheiro. É uma questão de segurança, onde há circulação, e muito provavelmente todas as escolas de vocês já estão adequadas a isso, porque onde tem circulação de pessoas, ou não tem vidro, para não expor as crianças, os profissionais, as famílias a risco, ou se há um vidro, uma divisória, por exemplo, quem utiliza divisória, algumas escolas utilizam, uma boa parte não utiliza. É uma questão de escolha do modelo arquitetônico, a divisória já é de vidro temperado. Então é preciso ter um discernimento e calma, não são todos os vidros, num primeiro momento parece que você vai ter que passar e trocar todos os vidros, trocar até a basculante do banheiro, a janela da cozinha. Não, gente, onde não tem circulação de pessoas não precisa alterar absolutamente nada, pode ser qualquer tipo de vidro. Onde tem circulação, muito provavelmente, as escolas já estão todas elas adaptadas,

porque todas elas já conseguiram alvará para funcionamento, e elas então já foram inspecionadas nesse sentido. Eu acho que a gente tem que pensar sim na segurança das crianças. Quando a gente fala só no custo, a gente corre o risco de entrar no discurso da extrema esquerda e de legitimar aquele discurso deles que diz que a gente enxerga a educação como um negócio. Quando a gente foca só no custo, a gente acaba dizendo para eles que aquele discurso deles que fala: “A educação não é negócio, esse pessoal vê as crianças como um cofrinho, vê os pais como um cartão de crédito, como um boleto...”. A gente corre o risco de legitimar esse discurso, e não é isso, a nossa bandeira é a infância, nós somos escolas de educação infantil, no caso da AEPEI, que tratam com a etapa inicial das crianças no momento mais tenro, e eu tenho certeza que ninguém aqui quer expor criança a risco, que todas as escolas são ambientes seguros para que as crianças estejam. Então a gente não pode tratar isso de uma maneira geral e às vezes alarmista, a gente tem que ter um discernimento, uma calma para analisar. Para finalizar, custo gente, custo, se a gente precisar de alguma adaptação, é melhor eu trocar um vidro, que eu já disse que não precisam ser todos, não é de todas as escolas, não tenho procuração para defender o projeto, não tenho nem alinhamento político-ideológico com o proponente, mas eu preciso dizer para vocês que custo é uma criança se machucar, custa é uma criança se mutilar, custo é uma criança perder a vida, isso é irreversível. Então, para fazer uma pequena adaptação, se for necessária, como eu disse, e eu acredito que as escolas já estejam adaptadas, isso é algo que a gente consegue num prazo de cinco anos. A legislação sequer prevê multa, ela não prevê nem multa pelo descumprimento, é algo que dá para inclusive discutir.

Acho importante esse espaço para a gente conversar, acho muito importante a gente ter esse momento de analisar. Uma ponderação que foi feita é que quem está lá na ponta tem que olhar; se for ver a escola, se ela está em funcionamento, muito provavelmente, ela não oferece o risco que se imagina. Então é importante que a gente tenha esse discernimento. Se olhar a legislação, no seu inteiro teor, ela fala ali: “Em lugares em que há passagem”. Então onde não há passagem não precisa trocar pessoal, não vai ser um custo total desse jeito. Então, claro

que é importante, quem critica vai lá conhecer, vai lá visitar uma escola. É importante fazer essa... Mas a gente tem que ter cautela, porque a gente pode estar embarcando justamente naquele argumento das pessoas que nos combatem, nas pessoas que querem acabar com a nossa atividade. Quando a gente focar só no custo, a gente tem um risco muito grande de abrir um flanco vulnerável para esse discurso deles que diz que educação não é mercadoria, a gente vê muito isso nas camisetas, nas manifestações, e não é mercadoria, é um serviço, e a gente presta esse serviço muito bem e presta por que esse serviço é necessário, porque o poder público não alcança todas as crianças que deveria alcançar. Então vamos refletir, ter discernimento, ter calma, talvez essa legislação não seja tão prejudicial quanto se está divulgando. Volto a dizer, não são todos os vidros, e a gente precisa sim focar na infância, na proteção da infância, na segurança das crianças. Então, se tiver que trocar um vidro, gente, é muito melhor do que ter o risco de ter um acidente e talvez lidar com uma coisa que não seja sanável, não seja reparável. Acho que é importante a gente ter esse momento de discernimento. Agradeço o espaço mais uma vez. A posição da AEPEI, como eu digo, a nossa bandeira é a infância, é a favor da segurança das crianças, e de que a legislação não tem essa previsão ampla que está se dando, essa leitura de que todos os vidros teriam que ser trocados. Não! É só onde há circulação, é bem restrito, não é nada de novo, já tem legislação complementar sobre isso, já tem nota técnica sobre isso, e os alvarás já são emitidos com base nessas determinações. Está bom, pessoal. Então sem alarmismo, muita calma, discernimento, e proteção da infância. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Eu vou passar para a Letícia fazer as considerações. Eu gostaria de reforçar que nós temos aqui a Letícia que responde por mais de 200 escolas comunitárias e que também vive uma realidade na comunidade, na periferia, onde o *ticket* de repasse para cada criança são R\$ 600, onde não existe muitas vezes metade da infraestrutura que existe numa escola no Moinhos de Vento e no Bela Vista, e que a gente não conseguiu ainda adequar ao mínimo da legislação, tanto que a gente não cumpre

a Resolução 015 na nossa rede. Reforçando que, de acordo com a lei de liberdade econômica, a gente também consta hoje o alvará provisório, ou seja, muitas das escolas que estão recebendo as nossas crianças judicializadas não passaram pela mesma verificação que aconteceu nas escolas da Letícia, da Karina e outras. Então acho que entender o ambiente amplo da educação e conhecer todas as escolas é um desafio para todos nós. Reforçando que o repasse hoje que a Prefeitura manda para as escolas comunitárias, ele não envolve investimento, tanto que é um grande desafio para as escolas comunitárias. Hoje, se tu fores pegar qualquer prestação de contas, menos que 5% do valor é para investimento. E como é que nós vamos adequar as tuas escolas, Letícia? As tuas 217 escolas que respondem por quase 25 mil crianças no município de Porto Alegre a essa realidade e não só adequar as escolas do Moinhos de Vento e do Bela Vista?

SRA. LETÍCIA MELLO: É, eu acho importante que a legislação vem para todos: escola pública e escola privada. Talvez quem esteja aqui... Nós somos uma grande minoria que temos recursos e condições de trocar o vidro temperado das nossas escolas, mas não é a realidade. E quando a gente está falando de infância, a gente está falando de todas as crianças da rede pública e da rede privada. E sabemos que não é uma realidade, a gente tem escolas públicas que sequer têm banheiro; usam banheiros emprestados do CTG ao lado, né, Mari? Então, temos que trazer isso para a realidade de todas. Claro que o Sindeedin representa as escolas privadas com fins lucrativos, e eu acho que a gente tem, sim, que defender que escolas são empresas, prestam serviço de excelência, cobram por isso e com fins lucrativos. E não tem nenhum problema nisso, não é pecado. Acho que a gente tem que parar com esse discurso desse assistencialismo. É por isso que a educação não é reconhecida. Então, somos escolas privadas com fins lucrativos. São essas que o Sindeedin representa no Estado inteiro. Agora, uma questão que me preocupa muito, independente de já estar na lei, de agora vir com força a partir de um projeto de lei municipal, é a interpretação. É o que a gente falou que é a interpretação da lei, que cada um

interpreta com a sua cabeça. E, assim, lugar de passagem, o que é lugar de passagem? Numa sala de aula não passa ninguém?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LETÍCIA MELLO: Sim, mas é que o fiscal não...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mas isso está na lei? Isso está na lei que não é sala de aula? Está *Ipsis litteris*?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LETÍCIA MELLO: Não. Não está. Não está na legislação; está na Resolução nº 15. É uma resolução, e acho que é importante a gente diferenciar o que é uma resolução do que é um projeto de lei, porque daí muda completamente. Mas, independentemente do que está escrito lá na Resolução nº 15, o que eu quero dizer é que o fiscal, ele chega lá e ele não sabe a Resolução nº 15. Eu tive a minha escola fiscalizada anteontem, ele não sabe. Aí, eu peguei a legislação, porque eu sei e mostrei. Então, vários pontos que eu fui fiscalizada na quarta-feira, pela manhã, vários pontos que ela fez anotações, e eu disse: “Não, mas isso não é assim”. E como eu tenho todas impressas, eu mostrei: “Isso aqui significa isso”. Então, a metade do que ela tinha de anotações, ela teve que fazer um outro requerimento. Esse que é o problema, acho que isso é uma grande discussão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LETÍCIA MELLO: Mas eu acho que isso que é importante, porque a lei vem...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Os liberais são a favor de menos leis e mais liberdade.

SRA. LETÍCIA MELLO: Exatamente. Somos escolas privadas, e a Lei da Liberdade Econômica nos traz, a gente não pode estar sendo podado dessa forma com esse tipo de lei de quem não está lá; tanto da privada quanto da pública não tem essa noção. Então a discussão agora, acho que a pauta é essa: a gente vê o quanto isso é viável e o quanto isso não é viável na realidade de hoje e nas necessidades de hoje. Essa é a discussão, e é isso que a gente tem que trazer; a interpretação depois, o que já existe, aí, sim, seria uma outra pauta, mas hoje a posição do Sindeedin-RS é contrária a esse projeto de lei. Obviamente que nós, proprietários de escola, temos que pensar na criança, mas o sindicato está aqui defendendo as empresas, as escolas que têm custos bem elevados, estamos passando também agora por um processo de aumento de impostos, que vai impactar muito nas escolas privadas e nas públicas também porque nós oferecemos quatro alimentações por dia, quatro refeições por dia para as crianças. Então a gente está falando de custo e de um custo que é desnecessário nesse momento, ainda que vamos estar enfrentando 18% de aumento que vai vir, de uma forma ou de outra, mascarado ou não, nós vamos ter esse aumento de custo. Nós não repassamos isso no início do ano para as nossas famílias, estamos desde o período pós-pandêmico sem estar repassando todos os aumentos que a gente tem, aumento real. Então eu acho que do ponto de vista do Sindeedin nós somos contra esse PL, e a nossa posição é de que a gente consiga que não seja aprovado esse projeto de lei.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

SR. CRISTIANO MARTINS FRONER: Eu sou proprietário da escola infantil Construindo, tenho essa escola desde 2015, e o grande ponto que eu acredito é que não dá para a gente, vamos dizer assim, fazer, querer fazer ou impor sem ir a campo primeiro. A gente tem que estar muito embasado entre fatos e dados.

O vereador falou um ponto, e a primeira pergunta que eu ia que eu ia fazer: em base no que foi sugerido isso aí? Um acontecimento em zero, zero, zero. Quantos por cento aconteceu isso aí? Outro fato: em que altura aconteceu esse acidente no vidro? Eu, minhas crianças, as minhas janelas lá estão acima de um metro. Que criança tem acesso à janela a partir de um metro? Em que momento eles vão se acidentar com o vidro? Agora, claro, como diz a Alessandra, a gente não pode esquecer de que em algum momento pode ser que aconteça, mas aí a gente precisa ir no campo ver o que acontece nas escolas, como é que as escolas lidam com o fato de segurança. Se a questão debatida trazido para esse debate é a segurança, então que se fiscalizem as escolas e se apontem quais são os fatos, os itens, os critérios. Onde está a insegurança nas escolas? O que vai acontecer se esse projeto for aprovado, vamos dizer? O que foi dito aqui, as escolas não vão fazer, as públicas porque não têm dinheiro, as privadas porque isso vai representar talvez 80%, 70% de um faturamento só em folha de pagamento, eu nem falo em benfeitorias e melhorias. E o que nós vamos fomentar? O que a gente fomentou desde pós-pandemia que são os “cuida-se”, que até hoje gente não fiscalizam os “cuida-se”, porque nós vemos propaganda na internet, no Facebook a toda hora: “Cuida-se a R\$ 400,00.” Um “cuida-se” a R\$ 500,00. O que a gente faz numa escola privada, às vezes nem tirando pró-labore? Os sócios às vezes nem tiram pró-labore porque têm que primeiro cuidar das obrigações para depois pensar no seu bolso. Como diz a Letícia, claro, a gente tem que ter um lucro, aquilo ali é um negócio, mas não esquecendo primeiro da infância, do cuidado, da criança. Então, primeiro, que se vá a campo, se fiscalize o que está acontecendo hoje para depois gente criar. Foram criadas as telas mosquiteiro, como foi dito. Alguém sabe que tempo dura uma tela mosquiteiro? A cada dois meses tem que trocar a tela mosquiteira porque aquilo ali não dura. Eu tenho escada de acesso na entrada da escola, o meu piso é antiderrapante, mas foi dito que eu tenho que botar as lixas antiderrapantes. Que tempo dura uma lixa antiderrapante? Choveu, se foi a lixa. Então eu tenho que ter, sei lá, às vezes 10% do meu orçamento reserva para troca de coisas que foram criadas por alguém, achando que aquilo ali geraria uma segurança, uma

falsa sensação de segurança, e a cada mês ou a cada dois meses eu tenho que gastar de novo. Então vai acontecer, talvez, com o vidro, entende? De repente, se for uma porta de vidro que nem essa, *ok*, é o risco de acidente, mas foi dito, se às vezes é acima de “x” altura ou não for passagem, não teria nem que ser discutido, eu acho que se criou o alerta, como foi dito, a gente conversou aqui, o alerta se criou para que todos os vidros sejam trocados. Agora a gente já está vendo outra situação, que não são todos os vidros. Mas um custo gigante que, com certeza, a gente, como privada, vai fazer, porque a gente se obriga, a gente está dentro da lei, mas muitos não vão fazer e vai ficar o dito pelo não dito. E, reforço, vai acontecer de a gente estar cada vez mais fomentando ou irregulares, escolas irregulares, ou os “cuida-se”, que, até hoje, são uma grande dor de cabeça para a gente. Seria isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos o Fábio Souza, da Integração dos Anjos, inscrito.

SR. FÁBIO EVANDRO PEREIRA DE SOUZA: Bom dia; bom dia, vereadores; bom dia, pessoal. Eu sou assessor jurídico de uma escola de educação infantil parceirizada, que é a Integração dos Anjos, assessor jurídico *pro bono*, presto assessoria para a comunidade. A realidade, lá na ponta, das parceirizadas é um pouco diferente, principalmente as menores, as que têm uma parceria de até 60 crianças. Hoje está sendo discutido até um *plus* no repasse, porque essas escolas de até 60 crianças já têm uma certa dificuldade para se manter com o recurso para pagamento das suas dívidas mensais. Então, suprir mais esse custo vai acabar fechando muitas escolas, e o medo é que volte, sim, o “cuida-se”, por quê? Porque essas escolas são fiscalizadas, as crianças estão bem, têm um bom atendimento, e o repasse mensal não viria, pela lei, pelo projeto, fora as emendas, nada além para que se trocassem esses vidros. Como elas já não têm recurso suficiente para que o mês inteiro supra, imagina esse custo, porque este vidro, ele também não é barato, ele tem um custo mais elevado do que o vidro comum. A gente entende a segurança, é óbvio, a gente quer, todos aqui, a

segurança dentro das escolas, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ver a realidade. Se dá para unir a realidade à segurança, ótimo. Agora, daqui a pouco, a gente vai estar penalizando certos setores, para que cumpram sem o recurso devido. Então o projeto sem as emendas, porque tem emendas depois para serem discutidas, é um projeto que abarcaria um custo para certas instituições, que não teriam como arcar. Era essa a colaboração que eu queria fazer, muito obrigado, vereadores.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. A Karina está com a palavra.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, é exatamente isso. Só para destacar que existe a legislação com relação ao que é passagem, ao que é circulação e que as salas de atividades não são circulação. Isso está na LC nº 544/06. Na legislação toda que nos é exigida no momento da abertura da escola fica claro que sala de atividades não é área de circulação. Importante também, vocês vão recordar, todos vocês aqui encaminharam alvará de saúde. Um dos requisitos do alvará de saúde é que os vidros abaixo da altura de 80 centímetros sejam do tipo não estilhaçável, ou seja, já existe essa obrigatoriedade para 80 centímetros para baixo. Fazendo a compatibilização da legislação, tudo que for para cima de 80 centímetros não vai precisar, muito embora a gente já use, a maioria das escolas usa, quando vai colocar uma divisória de vidro, não coloca vidro comum. Então é isso, compatibilizando a legislação que já existe para instalação nas escolas, dá para afirmar com muita tranquilidade que essa obrigatoriedade não é para todos os vidros. A obrigatoriedade que está sendo prevista não tem nenhuma novidade, é só uma compatibilização da legislação municipal com as normas técnicas da engenharia civil. Isso já é exigido no momento do alvará para funcionamento, isso já é exigido no momento do alvará de saúde. Eu tenho aqui os requisitos do alvará, só vou consultar o quadrinho,

fala bem claramente: “Vidros são resistentes, do tipo não estilhaçáveis, quando em distância ao piso inferior a 80 centímetros”. Uma coisa que eu acho importante que foi abordado tanto pela Letícia quanto por outras pessoas que falaram, a gente tem que ter assim um – talvez seja uma pauta para uma próxima reunião, inclusive, fica a sugestão –, essa fiscalização que eu chamo de fiscalização predatória que está acontecendo em algumas situações. Está havendo uma fiscalização, a gente percebe que é uma fiscalização muito direcionada e muito rigorosa com algumas instituições. Isso que a Letícia falou que ela sofreu esta semana na escola dela, isso não é uma novidade, provavelmente vocês já conhecem algum exemplo ou já foram objeto, as escolas de vocês já foram objeto dessa fiscalização, que está sendo muito marcada com a presença, inclusive, do Conselho Municipal de Educação, que a gente sabe que tem uma orientação político-ideológica marcante contra o empreendedor, contra a liberdade, contra a livre iniciativa e se posiciona contra a educação privada inclusive. Acho que isso é um tema muito importante, fica a minha sugestão para as próximas reuniões, para proteger os empreendedores nesse sentido. Agora, com relação ao vidro também acho que talvez não fosse um tema para estar debatendo, a legislação não tem todas essas deficiências e não representa todo esse risco que, num primeiro momento, foi passado. Então, pessoal, volto a dizer: sem alarmismo, não vamos dar à legislação um colorido que ela não tem, eu vejo como uma norma de segurança que compatibiliza a legislação municipal com as normas técnicas de engenharia e de instalação da escola, está bom? É só isso, obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Karina, por favor.

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Eu só queria trazer que nós iniciamos com a questão das telas exatamente assim: primeiro foi exigido telas em refeitórios e área de cozinha, e *ok*, entendemos essa necessidade, colocamos; agora são exigidas em todas as salas de atividades. Eu acho que a gente precisa ir com muito cuidado quando a gente fala sobre isso, porque se nós aceitarmos

como uma obrigação, e aqui nós não estamos discutindo a questão de segurança, porque todos queremos – e os fatos mostram isso, nós temos um caso –, eu acho que a questão da segurança para qualquer diretor é indiscutível, eu sou da área da saúde, acho inclusive que isso deveria ser muito mais pautado, a questão de primeiros socorros e de qualquer outra coisa, o que não é, mas a gente precisa deixar muito claro que ao aceitarmos ou se dissermos ok para que passe a ser todos os vidros, é um passo, é exatamente como aconteceu com as telas, que a gente sabe que não existe o menor cabimento. Então acho que isso tudo tem que ficar muito claro, não cabe interpretação, senão cabe a cabeça do fiscal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Exatamente, que é o que mostra principalmente a nossa Resolução nº 015.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Apenas para fazer uma manifestação final, acho que não se trata de alarmismo. Eu sou um agente político, não sou professor, não sou não sou advogado, tenho pessoas qualificadas, evidentemente, que trabalham com a gente, são colaboradores do meu mandato, mas não se trata de alarmismo e também não se trata de a gente não se preocupar com a criança ou com a infância. Eu duvido que alguém abra uma escola para ganhar dinheiro, porque escola não dá dinheiro – escola não dá dinheiro! Se eu vou abrir algo, vou pegar uma franquía de uma barbearia – não sei se dá dinheiro também! Acho que o que nós estamos aqui debatendo é uma intersecção de vários estamentos da sociedade: estamento técnico, jurídico, psicoeducacional, social, pedagógico e político. Eu até anotei algumas coisas para também não me delongar muito, eu sou da direita liberal, não sei se o pessoal me conhece, eu sou da direita liberal com recorte conservador, e nós, liberais, nós temos urticárias quando passa uma lei que começa dizendo “obriga” e aí segue. A gente sabe que o Brasil da prática é isso que a senhora falou, e

vou dizer mais, foi citada a questão da extrema esquerda, o amigo comentou: a extrema esquerda nunca vai se satisfazer conosco ou com que qualquer coisa que a gente faz. Assim: “Ah, porque a gente pode estar reforçando o argumento...” Azar o do goleiro! Se vocês vissem o que eles propõem aqui no plenário de projetos e o que eles falam de vocês que empreendem, que têm escolas, vocês iriam para a Finlândia, iriam embora empreender na Finlândia. Aliás, a candidata da extrema esquerda que vem para as urnas e tem chance de ganhar este ano, também pelo escândalo grotesco de corrupção deste atual governo municipal, que aliás a Mari presidiu uma CPI que até prisão teve, esse é um dos escândalos que pode inclusive jogar Porto Alegre no colo da extrema esquerda, que aí, sim, vai pegar esse tipo de lei, por mais que eu respeite a interpretação, no papel tudo é bonito... Outro dia uma vereadora da esquerda subiu à tribuna para defender um projeto e disse assim: “Nem vamos nos apegar tanto em lei, vamos nós aqui definir o que a gente quer fazer”.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Fica tranquilo, irmão, obrigado; obrigado por teres vindo colaborar.

Aí subiu, depois, outro vereador e disse a mesma coisa: “Ah, não vamos ser tão...” Tu estavas naquele dia, a gente se olhou. “Não vamos nos apegar tanto à lei aqui dentro, vamos nós decidir o que a gente quer fazer.”

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Foi o que aconteceu com a meia-entrada. Viram esse projeto da meia-entrada? Na intenção, é maravilhosos! Na prática, vai fazer o quê? Vai fazer com que não exista mais a meia-entrada, porque o empreendedor – vocês são empreendedores – vão subir o preço, o tíquete médio vai aumentar. Então, se a gente realmente quer se preocupar com a extrema esquerda, a gente tem que se preocupar que esse escândalo grotesco

de corrupção que até hoje ainda está sendo investigado, teve prisões temporárias, preventivas, não vou fazer um veredicto aqui, mas os indícios de corrupção são gravíssimos. Isso, sim, pode trazer à extrema esquerda, e se voltarem, preparem-se, porque essa candidata diz que defende educação pública, trabalha contra a educação privada, e não é alarmismo. Eu sou um agente político e faço discurso mesmo, retenham, como de São Paulo, o que é bom da minha fala, não precisa concordar tudo comigo. Só que a minha função como agente político da direita liberal é alertar. E eu falei ao Ver. Ferronato, a ideia não é acabar com o projeto. Quando eu coloco sugere, não é acabar, porque todos nós estamos na mesma página sobre a questão da educação, da defesa da criança, todos defendemos a infância. Só que repito: eu fui eleito como um político da direita liberal, que, quando vem uma obrigação, eu tenho urticárias. E vou até o fim para, não é, Mari Pimentel? Tu também és da direita liberal, nós vamos até o fim para o quê? Para nós tentarmos equacionar, por isso a emenda não é acabar com o projeto, a outra emenda é mais camicase, tira a educação privada que é para dar uma sinalização política, mas a Emenda nº 02 é isso, não obriga, sugere. E eu falei para essa mãe, repito, lamento que foi o seu filho – vou até ter agora o nascimento do meu terceiro filho. Agora, a gente não pode sair criando lei... E outra, se eu sou direita, eu olho assim: “Bom, se já tem uma norma, por que eu vou botar mais uma lei?” Se eu sou direita liberal raiz, Mari, eu tenho que ser contra a essa lei, se já existe uma lei, por que eu vou botar mais estado em cima do empreendedor? E eu não vou nem falar da situação, porque a Mari conhece 200 vezes melhor do que eu, que as escolas parceirizadas, como irmão ali do anjo, só gravei o anjo, é que o senhor parece como um anjo, não, estou brincando. (Risos.) A integração dos anjos, os nossos anjinhos, quer dizer, as parceirizadas vivem uma outra vida.

Então eu quero encerrar só dizendo isto: a ideia é ter segurança, o Ferronato é um cara muito... Até estou vendo aqui a assessora, a jornalista, como é que é o teu nome? Santo-angelense, a minha esposa é santo-angelense, a Ana também é santo-angelense.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ah, é verdade, mais uma missioneira. Então a questão não é... O Ferronato, inclusive, é um dos menos ideológicos, essa que é a grande verdade, é um decano nosso, eu tenho certeza que a intenção dele não é ruim, não é, sabe? Só que aquilo, repito, que eu falei na minha primeira fala, e, com isso, encerro novamente, Friedman dizia: não vamos analisar uma lei, uma política pública pela intenção e, sim, pelos resultados práticos. Está bom, gente? Obrigado, é isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, mais alguém inscrito? Não havendo, eu dou por encerrada a presente reunião, agradeço a participação de todos. Gostaria de reforçar que a tendência é que esse projeto seja votado esta semana. A gente vai estar aí no plenário, os vereadores, quem não consiga estar também para conversar com os vereadores...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu preciso fazer justiça, Ana, assessora, o Ferronato foi quem pediu adiamento também, para dar tempo para o debate, até tu falaste com ele.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Por isso que eu digo, o Ferronato não é de extrema esquerda, o Ferronato é o nosso decano, ele mesmo pediu adiamento, por isso que eu estou citando que a ideia...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Isso, só para dizer que o processo legislativo não... Quem está contra vocês não é o Ferronato, tenho bem certeza disso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, exatamente. Está sendo construído, então, só para vocês entenderem, a questão de prazo. Agradeço a participação de todos, eu tenho certeza que foi muito rápido. A gente também articulou a reunião de maneira rápida, mas o objetivo era trazer vocês próximos do Parlamento, ouvi-los e abrir esse espaço de diálogo. Nós somos 36, tivemos alguns aqui presentes, mas eu tenho certeza que é a participação de vocês, junto ao Parlamento, é onde a educação continua crescendo. Então contem conosco aqui, eu e o Ver. Tiago Albrecht estamos aqui à disposição para ajuda-los nessa construção. Obrigada.

(Encerra-se a reunião às 10h26min.)

TEXTOS SEM REVISÃO